

Disponível em nosso site: https://sintius.org.br

Senado aprova projeto que obriga União a pagar perícias do INSS antecipadamente

O Senado aprovou nesta quarta-feira (30) o projeto de lei que obriga a União a pagar antecipadamente os gastos com honorários periciais nos processos judiciais nas ações em que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) figure como parte.

O projeto de lei é uma tentativa de resolver o problema da paralisação dos processos judiciais envolvendo o INSS, travados desde setembro do ano passado por falta de pagamento para as perícias.

A proposta também determina que os cidadãos que perderem a ação sejam obrigados a arcar com os gastos dessas perícias —exceto nos casos de gratuidade judicial, com pessoas sem condições financeiras. A obrigatoriedade de restituição em processos judiciais por parte de derrotados, no entanto, já está prevista como regra geral no Código de Processo Civil.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. Como concluiu sua tramitação no Congresso Nacional, segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A questão das perícias médicas se tornou um problema a partir de setembro do ano passado, quando foram paralisados os processos judiciais por falta de pagamento para essas análises. Segurados não conseguiam agendar perícias e por isso não tinham resposta para seus pleitos para obterem benefícios por incapacidade, como aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 31 de março.

Após servidores do Banco Central, outras categorias organizam greve

Um dia depois de os servidores do Banco Central anunciarem uma greve por tempo indeterminado a partir de sexta-feira, 1º, categorias do funcionalismo público intensificaram movimentos pela paralisação ontem prometendo ampliar mobilizações caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) não conceda reajustes lineares a todo o funcionalismo.

Funcionários do Tesouro aprovaram cruzar os braços em dois dias, na sexta-feira e no próximo dia 5, para pressionar por reajuste de 19,9%, que, segundo a categoria, repõe a inflação entre 2019 e 2021.

Nesta segunda, 28, servidores da Receita Federal fizeram uma manifestação na frente do prédio do Ministério da Economia. Levantamento do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) mostra que orçamento do órgão teve redução de 60% nos últimos cinco anos, sem considerar as perdas inflacionárias. Somente neste ano, o corte foi de 51% se comparado ao orçamento que estava previsto inicialmente, de R\$ 2,2 bilhões.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 31 de março.

Quase 1/3 dos desempregados procura vaga há pelo menos 2 anos

As dificuldades intensificadas pela pandemia elevaram a um patamar recorde a proporção dos brasileiros desempregados que buscam trabalho há pelo menos dois anos.

No quarto trimestre de 2021, período mais recente com dados disponíveis, 30,3% do total de desocupados no país estavam à procura de vagas por no mínimo 24 meses.

Em termos absolutos, isso quer dizer que 3,6 milhões de um universo de 12 milhões de desempregados tentavam ingressar no mercado de trabalho, sem sucesso, havia dois anos ou mais.

É a primeira vez que a porcentagem rompe a barreira dos 30% na Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Os números foram compilados pela consultoria IDados, a pedido da Folha.

"As pessoas que entraram no desemprego antes da pandemia estão tendo mais dificuldades para sair. Há muito impacto da crise para o número ter ido para cima", diz o pesquisador Bruno Ottoni, da IDados.

"É uma situação bastante ruim para o trabalhador. Quanto mais tempo ele permanece sem emprego, mais difícil fica retornar para o mercado. Na hora de contratar, o empregador costuma dar preferência para quem está há menos tempo desempregado", completa.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 31 de março.

Preços da indústria têm inflação de 0,56% em fevereiro, diz IBGE

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços de produtos na saída das fábricas, registrou inflação de 0,56% em fevereiro deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,20%) e em fevereiro de 2021 (5,16%).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador acumula taxas de 1,77% no ano e de 20,05% em 12 meses.

Os preços subiram em 15 das 24 atividades industriais pesquisadas. Os destaques ficaram com as indústrias extrativas (8,34%), refino de petróleo e biocombustíveis (1,70%) e alimentos (0,70%).

Por outro lado, nove atividades tiveram deflação (queda de preços), entre elas metalurgia (-2,55%).

Analisando-se as quatro grandes categorias econômicas da indústria, houve alta de preços em todas elas: bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (0,64%), bens intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo (0,50%), bens de consumo semi e não duráveis (0,75%) e bens de consumo duráveis (0,15%).

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 31 de março.

Dívida Pública Federal sobe 2,03% e fecha fevereiro em R\$ 5,730 trilhões

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) cresceu 2,03% em fevereiro e fechou o mês em R\$ 5,730 trilhões. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 30, pelo Tesouro Nacional. Em janeiro, o estoque estava em R\$ 5,616 trilhões.

A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 36,15 bilhões no mês passado, enquanto houve emissão líquida de R\$ 78,15 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) aumentou 2,30% em fevereiro e fechou o mês em R\$ 5,490 trilhões.

Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 3,78% menor no mês, somando R\$ 240,01 bilhões ao fim de fevereiro.

Em meio à alta da taxa básica de juros, a parcela de títulos da Dívida Pública Federal (DPF) atrelados à Selic voltou a subir em fevereiro, para 39,11%. Em janeiro, estava em 38,43%.

Os títulos remunerados pela inflação caíram para 29,56% do estoque da DPF em fevereiro, ante 29,95% em janeiro. Os papéis cambiais reduziram a participação na DPF de 4,72% para 4,44% no mês passado.

O Tesouro informou ainda que parcela da DPF a vencer em 12 meses apresentou redução, passando de 23,76% em janeiro para 23,36% em fevereiro. O prazo médio da dívida apresentou queda de 3,89 anos para 3,86 anos na mesma comparação.

O custo médio acumulado em 12 meses da DPF aumentou de 8,61% ao ano para 8,68% ao ano no mês passado.

A participação dos investidores estrangeiros no total da Dívida Pública voltou a cair em fevereiro. De acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional, a parcela dos investidores não residentes no Brasil no estoque da DPMFi passou de 10,53% em janeiro para 9,98% no mês passado. No fim de 2020, a fatia estava em 9,24%, chegando a 10,56% em dezembro do ano passado.

O estoque de papéis nas mãos dos estrangeiros somou R\$ 547,70 bilhões em fevereiro, ante R\$ 565,37 bilhões em janeiro.

A maior participação no estoque da DPMFi continuou com as instituições financeiras com 29,54% em fevereiro, ante 28,76% em janeiro. A parcela dos fundos de investimentos passou de 24,30% para 24,14% em no mês passado.

Na sequência, o grupo Previdência passou de uma participação de 21,82% para 21,95% de um mês para o outro. Já as seguradoras passaram de 3,91% para 3,87% na mesma comparação.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 31 de março.